REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

ESTUDANTES RURAIS: DESAFIOS ENFRENTADOS PARA O ACESSO À ESCOLA E O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO NO COMBATE A EVASÃO ESCOLAR EM NOVA MAMORÉ - RO

RURAL STUDENTS: CHALLENGES FACED IN ACCESSING SCHOOL AND THE ROLE OF PUBLIC MANAGERS IN COMBATING SCHOOL DROPOUT IN NOVA MAMORÉ – RO

ESTUDIANTES RURALES: DESAFÍOS PARA ACCEDER A LA ESCUELA Y EL PAPEL DE LOS GESTORES PÚBLICOS EN LA LUCHA CONTRA EL DESERCIÓN ESCOLAR EN NOVA MAMORÉ - RO

Solange Guedes Xavier
Graduando em Gestão Pública, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil
E-mail: 09solangeguedes@gmail.com

Marineide Martiniano do Nascimento
Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso
E-mail: profneidemn@gmail.com

Resumo

A evasão escolar é um problema multifatorial que impacta o desenvolvimento social, econômico e humano, especialmente em municípios com características rurais, como Nova Mamoré, Rondônia. Este estudo tem como objetivo analisar de que forma as deficiências no transporte escolar e nas condições das estradas influenciam a evasão escolar no município de Nova Mamoré-RO, A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistemática em fontes acadêmicas e institucionais. Os resultados apontam que a precariedade das estradas vicinais, a insuficiência de veículos adequados e a ausência de planejamento logístico comprometem a regularidade do transporte escolar, afetando a frequência e o desempenho dos estudantes. Conclui-se que a melhoria do transporte escolar requer ações integradas de manutenção de infraestrutura das estradas, capacitação de profissionais, planejamento eficaz e participação comunitária, garantindo o direito à educação e promovendo a inclusão e a equidade educacional.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

Palavras-chave: Educação Básica. Evasão Escolar. Gestão Pública. Infraestrutura. Transporte escolar.

Abstract

School dropout is a multifactorial problem that impacts social, economic, and human development, especially in municipalities with rural characteristics, such as Nova Mamoré, Rondônia. This study aims to analyze how deficiencies in school transportation and road conditions influence school dropout in the municipality of Nova Mamoré-RO. The research is characterized as qualitative and exploratory, developed through a systematic literature review in academic and institutional sources. The results indicate that the precariousness of rural roads, the insufficiency of adequate vehicles, and the absence of logistical planning compromise the regularity of school transportation, affecting student attendance and performance. It is concluded that improving school transportation requires integrated actions for road infrastructure maintenance, professional training, effective planning, and community participation, guaranteeing the right to education and promoting inclusion and educational equity.

Keywords: Basic Education. School Dropout. Public Management. Infrastructure. School Transportation.

Resumen

El abandono escolar es un problema multifactorial que repercute en el desarrollo social, económico y humano, especialmente en municipios con características rurales, como Nova Mamoré, Rondônia. Este estudio analiza cómo las deficiencias en el transporte escolar y el estado de las carreteras influyen en el abandono escolar en el municipio de Nova Mamoré (RO). La investigación, de carácter cualitativo y exploratorio, se basa en una revisión sistemática de la literatura académica e institucional. Los resultados indican que la precariedad de las carreteras rurales, la insuficiencia de vehículos adecuados y la falta de planificación logística comprometen la regularidad del transporte escolar, afectando la asistencia y el rendimiento estudiantil. Se concluye que la mejora del transporte escolar requiere acciones integrales para el mantenimiento de la infraestructura vial, la formación profesional, la planificación eficaz y la participación comunitaria, garantizando el derecho a la educación y promoviendo la inclusión y la equidad educativa.

Palabras clave: Educación básica. Abandono escolar. Gestión pública. Infraestructura. Transporte escolar.

1. Introdução

Atualmente, a educação brasileira sofre pela problemática da evasão escolar. Tal fenômeno multifatorial se apresenta por diversas causas, como: a necessidade de trabalhar cedo, dificuldades de aprendizagem, violência, a falta de metodologias atrativas, desestrutura familiar, falta de transporte, dificuldade de acesso, entre outras. No município de Nova Mamoré, localizado no estado de

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

Rondônia, o enfrentamento da evasão se dá pelas inúmeras dificuldades de locomoção, que acarreta na assiduidade à escola.

Devido a sua extensão rural, um dos principais fatores que contribuem para o aumento dos índices de abandono escolar é a longa distância entre as residências e as instituições de ensino que necessitam do transporte escolar, o qual depende de estradas em boas condições para o tráfego. Há alunos que chegam a fazer 70 km de trajeto, esse percurso ida e volta chega a um total de 140 km diário, sem contar que a falta de boas condições nas vias (linhas rurais) no período chuvoso é o que mais contribui para a evasão escolar no município, se tornando um dos principais desafios enfrentados pela Secretaria de Educação Municipal de Ensino - SEME, impactando diretamente o desenvolvimento social, econômico e humano das comunidades.

O problema que motiva esta pesquisa decorre da observação de que, no município de Nova Mamoré, às condições precárias das estradas e o transporte escolar, impactam diretamente na frequência escolar e contribuem para o aumento dos índices de evasão. Essa realidade é especialmente preocupante, pois as longas distâncias entre as comunidades rurais e as instituições de ensino, somadas as condições de transporte escolar, ainda constituem barreiras significativas ao acesso e à permanência dos alunos na escola. Diante desse contexto, levanta-se o seguinte questionamento: De que forma as deficiências no transporte escolar e na infraestrutura das estradas influenciam a evasão escolar no município de Nova Mamoré-RO, e quais ações podem ser adotadas pela gestão pública para minimizar esses impactos?

A reflexão sobre essa questão é essencial para compreender a relação entre políticas públicas de mobilidade e o direito à educação, além de subsidiar a formulação de estratégias que promovam a inclusão e a permanência dos estudantes na rede municipal de ensino. Assim, a pesquisa tem como objetivo geral analisar de que forma as deficiências no transporte escolar e nas condições das estradas influenciam a evasão escolar no município de Nova Mamoré-RO, considerando o papel da gestão pública na promoção do acesso e da permanência dos alunos na rede municipal de ensino.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

De modo específico, busca-se investigar os fatores que contribuem para o abandono escolar nas zonas rurais, identificar as responsabilidades e limitações da administração municipal quanto ao transporte e à manutenção das estradas vicinais, e propor estratégias de gestão que favoreçam a melhoria da infraestrutura e a redução dos índices de evasão. Esses objetivos orientam a pesquisa na análise da realidade local e na busca por alternativas que reforcem a efetividade das políticas públicas voltadas à educação. Garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes requer ações articuladas entre as políticas públicas e a gestão educacional, de modo a "assegurar que o direito à educação," previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como as dificuldades no transporte escolar e nas vias rurais de Nova Mamoré contribuem para a evasão escolar. As longas distâncias e as estradas precárias, principalmente no período chuvoso, dificultam o acesso dos alunos à escola, ampliando a desigualdade e comprometendo o direito à educação garantido por lei, além de uma análise local sobre a temática, buscando apresentar algumas propostas que sirvam como orientação na elaboração de políticas públicas mais eficazes, que promovam a permanência dos alunos na escola e o desenvolvimento educacional do município.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva desenvolvida por meio de um estudo de caso no município de Nova Mamoré, localizado no Estado de Rondônia. Essa abordagem foi escolhida por permitir uma análise mais aprofundada das condições locais e das relações entre os fatores que influenciam a evasão escolar, especialmente no contexto rural. Foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais, contemplando livros, artigos científicos, relatórios institucionais e legislações pertinentes, com ênfase em estudos sobre gestão pública, transporte escolar e evasão no meio rural. Essa combinação de materiais possibilitou compreender os fundamentos teóricos e práticos que permeiam o tema, bem como identificar políticas e estratégias de enfrentamento do problema.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

O estudo, além de servir como titulação acadêmica, tem o propósito compreender a relação entre as condições das vias de acesso, o transporte escolar e a evasão escolar, destacando o papel essencial da gestão pública na melhoria da infraestrutura e na garantia do acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas escolas municipais.

2. Revisão da Literatura

2.1 O contexto da educação no município de Nova Mamoré – RO

O município de Nova Mamoré está situado na região noroeste do estado de Rondônia, fazendo divisa a oeste com a República Federativa da Bolívia e o rio Madeira; a leste, com os municípios de Porto Velho, Buritis e Campo Novo; ao sul, com Guajará-Mirim; e ao norte, novamente com Porto Velho. Com uma área territorial de 10.072 km², é o quarto maior município do estado em extensão. As principais vias de acesso são as rodovias BR-425, que conecta Nova Mamoré a Porto Velho (280 km) e Guajará-Mirim (48 km), e BR-421, que liga os distritos de Palmeiras e Nova Dimensão ao Parque Estadual Guajará-Mirim, na divisa com Campo Novo e Buritis (Prefeitura de Nova Mamoré, 2025).

Essa configuração geográfica e a vasta extensão territorial contribuem para uma realidade educacional marcada por desafios estruturais e logísticos que afetam o acesso e a qualidade do ensino no município. Como apontam Teófilo et al. (2025, p. 7960), “os municípios da região Norte enfrentam desafios específicos no campo educacional, decorrentes das grandes distâncias entre as comunidades, da carência de infraestrutura e das dificuldades de acesso aos serviços públicos essenciais. ” Essa realidade reforça a complexidade do contexto em que se insere a educação em Nova Mamoré, o que fundamenta a importância do desenvolvimento de políticas públicas que considerem as particularidades locais para garantir uma educação inclusiva e efetiva.

Nesse sentido, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2022, a análise dos dados educacionais do município de Nova Mamoré revela um cenário com avanços significativos, mas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

também com desafios a serem enfrentados no âmbito da educação básica. A taxa de escolarização para crianças entre 6 e 14 anos, de 98,73% em 2022, demonstra uma ampla cobertura do acesso à escola nessa faixa etária, indicando que a maioria das crianças está matriculada.

Entretanto, a posição do município no ranking nacional, ocupando o 5571º lugar, sugere que, apesar da boa taxa de matrícula, existem muitas unidades federativas com desempenho comparativamente superior. No âmbito estadual, Nova Mamoré está em 52º lugar, e na região geográfica imediata, ocupa o 5º lugar, mostrando desempenho intermediário, o que indica a necessidade de esforços para melhoria em relação aos seus pares.

Quanto à qualidade da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) serve como um parâmetro consolidado e reconhecido pelo Ministério da Educação para monitorar o desempenho educacional. O Ideb é calculado por meio da combinação de desempenho em avaliações padronizadas do Saeb e as taxas de aprovação. Para Nova Mamoré, o índice dos anos iniciais do ensino fundamental em 2023 foi de 4,6, enquanto nos anos finais essa nota ficou em 4,3. Esses números sugerem que a qualidade da educação na rede pública do município está abaixo do ideal, considerando que a meta nacional para o IDEB varia conforme o nível de ensino, mas, em geral, valores próximos ou superiores a 6 são indicativos de ensino eficaz.

Os resultados mais baixos nos anos finais podem indicar dificuldades crescentes na aprendizagem à medida que os alunos avançam nas séries, apontando para possíveis lacunas na continuidade do processo pedagógico e dificuldades na consolidação dos conhecimentos básicos adquiridos nos anos iniciais. Essa queda no desempenho pode estar relacionada a fatores socioeconômicos locais, insuficiência de recursos, formação docente ou outros elementos estruturais que exigem intervenção dirigida.

Além disso, apesar da alta taxa de escolarização, a discrepância entre acesso e qualidade aponta para a necessidade de políticas públicas focadas não apenas na matrícula, mas também na permanência, engajamento dos estudantes e melhoria da infraestrutura e das práticas pedagógicas. Considerando o papel

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

transformador da educação expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que destacam a importância da educação ambiental e cidadã para a formação integral do sujeito, é fundamental que Nova Mamoré direcione esforços para uma educação contextualizada, integral e de qualidade, capaz de mudar a realidade local e contribuir para a superação das desigualdades.

Embora Nova Mamoré apresente uma taxa de escolarização elevada, o índice do Ideb evidencia a necessidade de direcionar esforços para a melhoria da qualidade do ensino, especialmente nos anos finais do ensino fundamental. Isso é fundamental para assegurar um desenvolvimento educacional mais consistente e a formação plena dos estudantes, aspectos que são essenciais para promover avanços sociais e econômicos duradouros tanto para o município quanto para a região.

Essa necessidade se agrava diante da realidade econômica local, marcada pela predominância das atividades agropecuárias e extrativistas, que impactam diretamente as dinâmicas familiares e geram demandas específicas para a educação, sobretudo nas áreas rurais do município. Muitas comunidades rurais ainda enfrentam a ausência de infraestrutura básica e a limitação no acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, transporte e educação, o que reforça a importância de políticas educacionais adaptadas a essas condições.

Nesse contexto, a estrutura curricular das escolas de Nova Mamoré deve estar alinhada às orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), respeitando as etapas da Educação Básica e garantindo a articulação entre os diferentes níveis de ensino. O artigo 26 da LDB determina que a base comum curricular seja complementada por conteúdos que considerem os aspectos culturais, sociais e econômicos da realidade local (Brasil, 1996). Ademais, a legislação estabelece que o calendário escolar seja ajustado às particularidades de cada localidade, como fatores climáticos e econômicos, sem prejuízo da carga horária mínima obrigatória, assegurando, assim, uma educação contextualizada e eficaz.

Neste contexto, a atuação do poder público é essencial para garantir o direito à educação em contextos rurais, como Nova Mamoré, onde barreiras

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

logísticas e estruturais dificultam a permanência dos estudantes. O transporte escolar deve ser entendido não só como um serviço técnico, mas como uma política pública de inclusão social e equidade educacional. Segundo Libâneo (2018), a gestão educacional precisa articular recursos humanos, financeiros e materiais, com gestores públicos atuando democraticamente e promovendo a integração entre comunidade, escola e órgãos governamentais, especialmente entre as secretarias de Educação, Transporte e Infraestrutura, para assegurar sua efetividade como política de Estado.

A falta de planejamento estratégico, manutenção preventiva dos veículos, recuperação das vias vicinais e uso de tecnologias de monitoramento agravam os problemas do transporte escolar em regiões geograficamente desfavoráveis. Lopes (2009) destaca a necessidade de gestão comprometida, equipes qualificadas e controle moderno para garantir continuidade e qualidade do serviço. A ineficiência do transporte, associada à ausência de políticas públicas integradas e planejamento intersetorial, contribui para o aumento da evasão escolar, especialmente nas comunidades rurais mais afastadas. Condições climáticas, como o período chuvoso, evidenciam a fragilidade do serviço e dificultam o acesso regular dos alunos, causando faltas e abandono escolar.

Para enfrentar esses desafios, o poder público deve implementar manutenção contínua dos veículos e das estradas, capacitar profissionais, planejar logisticamente o transporte e envolver a comunidade no monitoramento e avaliação do serviço. A adoção de tecnologias digitais para o monitoramento da frota e otimização das rotas aumenta a segurança, eficiência e transparência do sistema , . A efetividade dessas medidas requer gestores comprometidos com uma gestão participativa e integrada, considerando as especificidades locais e promovendo o transporte escolar como um instrumento de justiça educacional e cidadania, prevenindo a exclusão dos estudantes rurais mais vulneráveis.

Assim, os desafios do transporte escolar em Nova Mamoré só serão superados por meio de políticas públicas planejadas estrategicamente, ações intersetoriais articuladas, investimentos adequados em infraestrutura e recursos humanos, além de mecanismos de participação social e controle democrático. O

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

transporte escolar, portanto, vai além do deslocamento físico, constituindo-se em política fundamental para inclusão educacional e redução da evasão escolar nas áreas rurais.

2.1.1 Evasão escolar e seus fatores determinantes

A problemática da evasão escolar no Brasil é amplamente reconhecida como um dos maiores obstáculos à consolidação de uma educação inclusiva e de qualidade. Conforme Silva e Filho (2017), a evasão vai muito além da mera deserção dos estudantes, configurando-se como um fenômeno multifacetado que envolve dimensões sociais, econômicas e individuais. Essa complexidade evidencia que a evasão não é resultado apenas de fatores isolados, como dificuldades acadêmicas ou financeiras, mas sim de uma confluência de circunstâncias que refletem e reforçam desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o impacto negativo da evasão escolar ultrapassa o âmbito educacional, afetando diretamente a formação do capital humano e social do país, pois interrompe processos de desenvolvimento pessoal e coletivo e limita as possibilidades de mobilidade social. Assim, para enfrentar essa questão, é imprescindível que políticas públicas adotem uma abordagem integrada que considere não só o acesso à escola, mas também a permanência e a qualidade da educação oferecida, promovendo a equidade e a justiça social como fundamentos para a superação deste desafio. No contexto brasileiro, tais dificuldades são potencializadas pela desigualdade social e pela precariedade da infraestrutura educacional, especialmente nas áreas rurais e periféricas.

A Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 205, estabelece a educação como direito universal e dever compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade. Essa garantia é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que impõe ao poder público a obrigação de promover não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito escolar dos estudantes. Entretanto, conforme salientado por Freire (2019), a matrícula por

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

si só não assegura o direito à educação se não forem asseguradas as condições que favoreçam a assiduidade e o sucesso dos alunos.

Estudos indicam que a evasão está diretamente relacionada à ausência de políticas integradas de apoio, incluindo transporte escolar, alimentação adequada, assistência social e infraestrutura física apropriada (Souza, 2017). Nas áreas rurais, como ilustrado pelo caso de Nova Mamoré, a distância entre a residência do aluno e a escola, combinada com estradas precárias e transporte escolar irregular, figura como motivo preponderante para a desistência escolar. Costa (2021) enfatiza ainda que a indisponibilidade de transporte seguro e regular representa uma barreira significativa à universalização do ensino em regiões remotas.

Além das causas estruturais, fatores pedagógicos e emocionais desempenham papel relevante na evasão escolar. A ausência de metodologias que promovam engajamento, a falta de um ambiente escolar acolhedor e a insuficiência do acompanhamento familiar resultam na perda do vínculo do aluno com a escola. Libâneo (2018) argumenta que o insucesso escolar não pode ser atribuído exclusivamente ao estudante, mas sim a um sistema educacional que não oferece condições adequadas para a aprendizagem efetiva. Dessa forma, o enfrentamento da evasão demanda uma atuação integrada entre escola, família e gestão pública.

No contexto amazônico, a educação enfrenta desafios intensificados pelas condições geográficas e climáticas, tais como a vasta extensão territorial e as chuvas sazonais, que isolam comunidades e dificultam a frequência escolar. Conforme Pessoa e Loureiro (2025), “a evasão escolar na Amazônia decorre da distância geográfica e dificuldades de mobilidade, exigindo políticas regionais específicas”. Dessa forma, para reduzir a evasão, é imprescindível considerar as características locais, adotando melhorias no transporte escolar, infraestrutura adequada, valorização dos professores e políticas públicas que atendam à complexidade da região. Superar esses obstáculos é essencial para garantir uma educação equitativa e promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades amazônicas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

O acesso às escolas apresenta-se como um dos principais entraves. Diversas áreas enfrentam dificuldades significativas, em que determinadas comunidades recebem professores apenas em épocas específicas do ano, necessitando de transporte aéreo em aeronaves de pequeno porte devido à precariedade dos rios sazonalmente secos e estradas intransitáveis. Tal realidade evidencia a inadequação dos modelos educacionais nacionais para o contexto amazônico, refletindo em uma educação de qualidade inferior para muitos moradores da região, o que demanda atenção prioritária nas políticas públicas (Anselmo Filho; Nogueira, 2022).

A Educação para a Amazônia deve estar alinhada aos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, que estrutura o sistema educacional brasileiro garantindo organicidade, sequencialidade e articulação entre as etapas e modalidades. Conforme o artigo 26 da LDB, os currículos escolares devem conter uma base nacional comum, com disciplinas fundamentais como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Arte, Geografia, História e Educação Física, complementadas por conteúdos regionais que valorizem as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades locais (Brasil, 1996). Além disso, o ajuste do calendário escolar é previsto legalmente para permitir adaptações às condições locais, incluindo fatores climáticos e econômicos, desde que respeitado o número mínimo de horas letivas (Brasil, 1996).

Contudo, a realidade amazônica impõe desafios práticos que extrapolam as disposições legais, exigindo adaptações que atendam às especificidades regionais e à qualificação dos docentes. É fundamental assegurar a presença de profissionais qualificados nas escolas municipais, o que demanda políticas eficazes para a contratação, valorização e condições dignas de trabalho dos educadores. Isso implica oferta de salários compatíveis com a média nacional, materiais didático-pedagógicos adequados e ambientes propícios ao exercício da docência (Nascimento; Bastos, 2023).

O enfrentamento eficaz da evasão escolar requer uma abordagem multidimensional que integre políticas públicas inclusivas, estratégias pedagógicas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

inovadoras e o fortalecimento do vínculo entre família e escola, especialmente considerando as condições singulares das regiões de difícil acesso. Tal compromisso é crucial não apenas para garantir a permanência dos alunos na escola, mas também para promover a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de impulsionar a transformação social e o desenvolvimento regional.

Apesar das especificidades regionais, a educação amazônica deve estar alinhada ao contexto nacional, assegurando o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem aos habitantes da região competir em igualdade com outras partes mais desenvolvidas do Brasil. Dessa forma, a consolidação de uma educação de qualidade na Amazônia depende do reconhecimento das particularidades locais e da implementação de políticas públicas adequadas que valorizem o ambiente educacional e profissional dentro da região.

2.1.2 Características da evasão escolar

A evasão escolar é o abandono da formação antes da conclusão do ciclo, afetando estudantes de várias idades e níveis. Está ligada a fatores socioeconômicos, estruturais e de infraestrutura que dificultam a permanência e o aprendizado. Pode levar ao abandono definitivo, analfabetismo e distorção idade-série, quando o aluno retorna após afastamento. Essas causas relacionam-se à qualidade da educação, ambiente escolar, relação familiar, contexto social e questões pessoais do estudante (Calixto; Segundo e Gusmão, 2017).

Conforme apresentado por Brasil (2018), entre os principais motivos para a evasão e o abandono escolar destacam-se fatores sociais, como a gravidez na adolescência, a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar e a idade avançada decorrente de reprovações sucessivas, que provocam nos alunos um sentimento de deslocamento e desmotivação. Esses elementos evidenciam a importância de ações integradas para prevenir a evasão, garantindo a permanência e o sucesso dos estudantes na escola. No Quadro 01, são evidenciados os principais fatores e consequências da evasão escolar na Educação Básica,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

conforme evidenciado em estudos recentes sobre o tema.

Quadro 01 - Fatores e Consequências da Evasão Escolar na Educação Básica

Aspectos	Evasão Escolar	Evasão Escolar na Amazônia e Áreas Rurais	Possíveis Soluções
Fatores socioemocionais	Falta de relações socioafetivas entre alunos e professores, problemas comportamentais e emocionais.	Distanciamento entre alunos e escola agravado por isolamento geográfico e cultural. Ausência de conexão socioemocional.	Capacitação docente para fortalecer vínculo aluno-professor e acolhimento; apoio emocional ao aluno.
Fatores economicos	Necessidade do jovem ajudar em casa/trabalhar; família em situação de vulnerabilidade financeira.	Economia familiar baseada em agricultura de subsistência, pobreza, dificuldades para manter crianças na escola.	Programas de transferência de renda condicionados à frequência escolar (ex: Bolsa Família) e incentivos socioeconômicos.
Infraestutura Escolar	Deficiências na infraestrutura, falta de recursos e qualidade do ensino.	Acesso precário, falta de transporte, instalações insuficientes e inadequadas para a realidade local.	Investimentos em infraestrutura, transporte e recursos tecnológicos; adequação às especificidades locais.
Politicas Públicas	Implementação de programas para manter o aluno na escola e necessidade de políticas efetivas.	Falta de políticas específicas para atender características culturais e sociais locais.	Desenvolvimento de políticas educacionais regionais, inclusive interculturais e bilíngues; parcerias entre escola, família e comunidade.
Qualidade do ensino e Formação Docente	Desatenção às necessidades específicas dos alunos; falta de formação pedagógica adequada	Escassez de professores capacitados em metodologias adequadas ao contexto amazônico/rural.	Formação continuada para professores; metodologias participativas e contextualizadas (projetos, participação do aluno).

Fonte: Eladorado com base em Almeida, Cechin e Pilatti, (2025); Tavares (2017) e Silva (2021).

A evasão escolar na Educação Básica é um problema sério que afeta alunos de todas as idades em todo o mundo, trazendo consequências a longo prazo. Quando os alunos deixam de frequentar as aulas e, consequentemente, não concluem uma etapa importante para sua formação, isso impacta não apenas o indivíduo, mas também a comunidade e a sociedade em geral. Por essa razão, surge a preocupação dentro do ambiente escolar, onde a direção, a equipe pedagógica e os professores discutem os fatores que levam à desistência escolar, bem como as questões relativas ao enfrentamento para garantir a permanência dos estudantes na escola (Bacon e Kearney, 2020).

Do ponto de vista socioeconômico, a precariedade financeira das famílias

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

obriga os estudantes a priorizarem atividades produtivas, como o trabalho, em detrimento da escolarização. Já os aspectos estruturais da educação, como currículos homogêneos, metodologias desestimulantes e falta de equipamentos adequados, contribuem para o desinteresse e o abandono escolar. As consequências da evasão são significativas, pois comprometem o desenvolvimento de habilidades intelectuais e práticas essenciais para a vida cotidiana e para a inserção no mercado de trabalho. Indivíduos que abandonam a escola tendem a ocupar postos de trabalho mais precários e a enfrentar barreiras para a inclusão social (Almeida, Cechin e Pilatti, 2025).

No contexto global, segundo a UNESCO (2024), aproximadamente 251 milhões de crianças e jovens estão fora da escola, com maior incidência em países de baixa renda, especialmente na África Subsaariana. No Brasil, as desigualdades regionais agravam a evasão escolar, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, sendo o ensino médio o nível de ensino com os maiores índices de abandono (IBGE, 2024).

O combate à evasão escolar exige políticas públicas integradas, que envolvam melhoria da infraestrutura, valorização dos professores, programas de assistência social e estratégias para garantir condições adequadas de permanência e aprendizagem. Essas ações promovem equidade, inclusão social e motivam os estudantes a permanecer na escola, valorizando seu protagonismo. O problema ultrapassa os muros escolares, abrangendo barreiras geográficas, culturais e socioeconômicas, e está ligado a fatores como estrutura familiar, aspectos psicológicos e socioemocionais, além de gênero, cor, raça, doenças, renda, estruturas escolares e relações interpessoais, especialmente entre professor e aluno, que influenciam o fracasso escolar (Simon et al., 2020; Almeida, Cechin e Pilatti, 2025).

A evasão escolar na Educação Básica constitui um grave desafio educacional e social que demanda atenção urgente. As causas são complexas e multifatoriais, envolvendo aspectos econômicos, familiares, pedagógicos, estruturais e psicossociais, que interagem de forma a comprometer a trajetória escolar dos alunos. A compreensão aprofundada desses fatores é essencial para a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

formulação e implementação de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão, a qualidade do ensino e o fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade.

Para enfrentar a evasão, é imprescindível adotar estratégias integradas, como intervenções pedagógicas que valorizem o protagonismo do aluno, o uso de metodologias inovadoras, o investimento em infraestrutura escolar, a capacitação e valorização dos professores, além do apoio socioemocional e o combate às desigualdades regionais e sociais. As parcerias entre escola, família e comunidade são fundamentais para criar ambientes escolares acolhedores e estimulantes, capazes de incentivar a permanência e o sucesso dos estudantes.

Desse modo, superar a evasão escolar faz-se não apenas uma questão de garantir a frequência às aulas, mas um compromisso com o direito fundamental à educação de qualidade, contribuindo para a formação integral do indivíduo e para o desenvolvimento social e econômico do país. A luta contra a evasão é, portanto, um investimento na cidadania e no futuro da sociedade como um todo.

2.2 O papel do gestor nas ações de combate a evasão escolar

No Brasil, a evasão escolar permanece como um dos maiores entraves ao desenvolvimento educacional e social, refletindo desigualdades estruturais que afetam especialmente populações vulneráveis. Nesse contexto, o papel do gestor escolar assume uma importância estratégica e diversificada, sendo fundamental para articular e implementar ações eficazes de combate à evasão. O gestor não atua apenas como administrador, mas como protagonista na construção de um ambiente educativo inclusivo e motivador, capaz de responder às demandas socioeconômicas, culturais e familiares que influenciam o abandono escolar.

Seu desempenho está diretamente relacionado à mobilização de recursos pedagógicos, humanos e institucionais, bem como à articulação entre escola, família e comunidade, de modo a promover a permanência e o sucesso dos estudantes. Além disso, a eficácia das políticas públicas de combate à evasão depende, em grande medida, da capacidade gerencial e da liderança do gestor,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

que deve transformar diretrizes legais em práticas escolares concretas e contextualizadas, reconhecendo as especificidades dos alunos e suas realidades.

O problema da evasão escolar é, em grande parte, originado no ambiente familiar do aluno, que muitas vezes impacta negativamente sua frequência escolar. Embora a escola seja frequentemente responsabilizada, a ausência do estudante na sala de aula costuma decorrer de situações externas, como condições familiares adversas. Assim, a compreensão das razões pelas quais o aluno não comparece às aulas é fundamental para uma gestão escolar eficaz no combate à evasão. Entre os principais motivos estão a falta de apoio familiar, condições socioeconômicas desfavoráveis, desinteresse pelos estudos, gravidez precoce, ausência de cobrança quanto à frequência e o contato com o mundo das drogas, lícitas ou ilícitas. Destaca-se que a maioria dos abandonos tem motivação financeira, pois muitos alunos são compelidos a trabalhar desde a infância para contribuir com a renda familiar (Silva, 2021).

Nesse contexto, as políticas públicas governamentais desempenham papel importante no enfrentamento da evasão escolar. Contudo, para que essas políticas sejam efetivas, é imprescindível a articulação conjunta entre sociedade, escola e família, visando incorporar essas ações no cotidiano escolar e garantir sua efetiva implementação. A responsabilidade do gestor escolar manifesta-se principalmente no seu compromisso contínuo com a capacitação da equipe gestora, o planejamento e a organização de propostas pedagógicas inovadoras. É necessária uma revisão do papel das instituições escolares, especialmente aquelas frequentadas pela população de baixa renda.

A evasão escolar constitui um desafio persistente para as redes de ensino no Brasil, demandando a atuação articulada entre sociedade, escola e família para sua efetiva redução. Nesse cenário, as políticas públicas desempenham papel fundamental, mas sua eficácia depende da incorporação dessas ações no cotidiano escolar por meio de uma articulação integrada e contínua. O gestor escolar assume papel central nesse processo, sendo responsável pela capacitação da equipe, pelo planejamento e pela organização de propostas pedagógicas inovadoras que considerem o aluno em sua integralidade, valorizando seus conhecimentos e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

experiências como sujeito ativo da aprendizagem.

Entretanto, destaca-se a insuficiência da formação oferecida nos cursos de Pedagogia para preparar gestores frente aos desafios atuais da escola, o que torna imperativa a construção de competências profissionais e políticas voltadas à reflexão sobre o processo pedagógico, a administração escolar e seu papel social. Além disso, é imprescindível promover avanços que garantam melhores condições de trabalho e valorização salarial dos docentes, resgatando sua dignidade, aspectos essenciais para a qualidade do ensino e a diminuição do fracasso escolar.

No âmbito da gestão pública, a Secretaria Estadual de Educação (SEE) e o Ministério da Educação (MEC) enfrentam obstáculos como a falta de normas claras e autoridade, que contribuem para a desordem e a impotência de professores e diretores diante da indisciplina. Medidas superficiais, como regras restritivas pouco significativas para os alunos, reforçam a sensação de desvalorização da escola pública, comprometendo seu papel social.

O gestor público, sobretudo em contextos de vulnerabilidade estrutural e geográfica, como o município de Nova Mamoré, desempenha papel estratégico para garantir o acesso e a permanência dos estudantes. Segundo Libâneo (2018), a gestão educacional deve articular democraticamente recursos humanos, financeiros e materiais, assegurando a função social da escola: inclusão e aprendizagem. Assim, a gestão escolar transcende a mera administração burocrática, englobando o planejamento e a execução de políticas públicas orientadas à equidade educacional.

Nessa perspectiva, Daniel (2013) ressalta que o gestor deve atuar como líder articulador, promovendo o diálogo entre comunidade, corpo docente e poder público. Essa postura é fundamental para identificar demandas locais específicas, como transporte escolar e infraestrutura viária, e para construir soluções colaborativas que favoreçam a permanência dos alunos. A gestão democrática, portanto, configura-se como um instrumento de transformação social capaz de reduzir desigualdades e fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade.

Para garantir a efetividade das políticas educacionais, a gestão pública precisa assegurar planejamento estratégico e acompanhamento contínuo. Libâneo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

(2018) alertam que a ausência desses elementos contribui para a ineficiência dos serviços públicos e o aumento da evasão escolar. Dessa forma, compete ao gestor municipal promover a integração entre as secretarias de Educação, Transporte e Infraestrutura, assegurando que o transporte escolar seja tratado como política de Estado, e não como ação emergencial, consolidando um ambiente propício para o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

2.3 Transporte Escolar: um direito fundamental

O transporte escolar constitui uma política pública essencial para garantir o acesso à educação dos estudantes residentes na zona rural. Esse direito está assegurado na Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso VII, que prevê a oferta de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde aos educandos. Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 reforça essa política no artigo 4º, inciso VIII, ao assegurar atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares, incluindo transporte escolar (redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Ainda, o direito ao transporte escolar está previsto no Plano Nacional de Educação, além de outras legislações específicas como decretos e portarias.

Historicamente, as primeiras preocupações com o transporte escolar rural constam na Constituição Federal de 1934 e na primeira LDB, de 1961 (Lei nº 4.024/61) (Tavares, 2019). Entretanto, ao longo da história educacional no Brasil, as políticas públicas apresentaram descontinuidades e ausência de planejamento de longo prazo, em que atribui essa fragilidade à falta de construção coletiva e de políticas de Estado consolidadas. Nesse sentido, embora o transporte escolar tenha origem na esfera federal, sua formulação inicial não considerou adequadamente a diversidade das realidades regionais brasileiras.

No âmbito dos recursos para viabilizar essa política, destacam-se programas federais de apoio à sua execução nos municípios, entre eles o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Salário Educação. Também é

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

possível a destinação de até 40% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para custear o transporte escolar, além da previsão constitucional de que 25% da arrecadação municipal seja investida em educação.

O transporte escolar é essencial para estudantes da zona rural, devido às longas distâncias até as escolas. Ferreira (2020) e Silva (2021) aponta que essas distâncias causam desistências, afetando frequência e desempenho. A dificuldade de acesso compromete o direito à educação de qualidade e amplia desigualdades sociais e regionais. A política de transporte escolar atua para reduzir esses problemas, facilitando o acesso e favorecendo a inclusão. Segundo Tavares (2019), ela garante não só a ida às escolas, mas também a permanência e a continuidade dos estudos em áreas rurais vulneráveis. Portanto, o transporte escolar é fundamental para assegurar o direito à educação.

2.3.1 Desafios do Transporte Escolar em Nova Mamoré

Os desafios que comprometem a efetividade do transporte escolar em municípios do interior, como Nova Mamoré, refletem diretamente na garantia do acesso e da permanência dos alunos nas instituições de ensino. Entre as principais dificuldades estão as condições precárias das estradas, frota insuficiente e a falta de motoristas capacitados. Em Nova Mamoré, essas questões são agravadas por vias vicinais deterioradas e trechos alagados durante o período de chuvas, afetando a regularidade do serviço e aumentando o risco da evasão escolar.

Lopes (2009, p. 20) destaca que a eficiência do transporte escolar depende de uma gestão pública comprometida, que envolva a administração adequada das rotas, a manutenção preventiva dos veículos e o cumprimento rigoroso das legislações vigentes, o que requer equipes qualificadas e sistemas modernos de controle. No contexto específico de Nova Mamoré, o transporte escolar apresenta particularidades geográficas e sociais que o tornam um componente fundamental das políticas públicas educacionais. Lopes (2009) enfatiza que a extensa área territorial, a predominância de zonas rurais e a dispersão populacional impõem

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

desafios complexos, exigindo soluções diversificadas adaptadas às condições locais.

Assim, o município deve oferecer múltiplas modalidades de transporte, adequadas às especificidades de cada comunidade. Essas incluem ônibus escolares, veículos adaptados para estradas de terra, motocicletas e embarcações fluviais. Conforme Nascimento e Bastos (2023), o transporte em comunidades ribeirinhas depende essencialmente de barcos e lanchas para garantir a presença regular dos estudantes nas escolas, especialmente em períodos de cheia ou seca.

No transporte terrestre, muitos obstáculos persistem. Estradas vicinais sem pavimentação tornam-se intransitáveis na época das chuvas, dificultando a operação dos veículos e prejudicando a frequência escolar. Em áreas remotas, motocicletas ou até mesmo deslocamentos a cavalo podem ser necessários, embora apresentem limitações em capacidade e segurança para os alunos (Pereira, 2009).

A manutenção de um sistema eficiente de transporte escolar em Nova Mamoré exige planejamento logístico e investimentos constantes. Ferreira (2020) ressalta que os custos de manutenção de veículos e embarcações, somados à necessidade de contratar condutores qualificados, colocam forte pressão sobre os recursos municipais. Além disso, a precariedade da infraestrutura, como portos, estradas e pontes, compromete a regularidade do serviço, tornando imprescindível a atuação coordenada do poder público para assegurar a continuidade do transporte escolar.

As condições climáticas extremas, com cheias e secas prolongadas, agravam ainda mais os desafios, alterando significativamente a navegabilidade e o trânsito, o que demanda soluções sazonais e adaptadas. Ademais, a presença de comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas, com suas particularidades culturais e linguísticas, exige que o planejamento do transporte escolar seja inclusivo e eficaz (Nascimento e Bastos, 2023).

Para melhorar o acesso e a permanência escolar em Nova Mamoré, é necessário superar esses desafios estruturais. Lopes (2009, p. 108) alerta que não basta apenas oferecer transporte, mas integrá-lo a políticas educacionais que

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

promovam segurança, regularidade e continuidade dos estudos. Isso engloba desde a construção e manutenção de estradas, pontes e portos até a disponibilização de veículos adaptados e a capacitação contínua dos profissionais do transporte.

Em localidades com deslocamentos diários extensos, cresce a demanda por escolas de tempo integral e alojamentos estudantis, medidas que aliviam os impactos físicos e emocionais da distância percorrida. Segundo Nascimento e Bastos (2023, p. 16), “ações que assegurem o acesso, a permanência e a segurança escolar são essenciais para promover a equidade educacional e a inclusão de crianças e adolescentes em comunidades historicamente vulneráveis. ”

Portanto, para garantir que todos os estudantes de Nova Mamoré frequentem a escola regularmente e com qualidade, torna-se fundamental um planejamento integrado, investimentos em infraestrutura e a valorização dos profissionais responsáveis pelo transporte escolar.

3. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa com abordagem bibliográfica, desenvolvida por meio de observações e análises de fontes bibliográficas e documentais, comtemplando livros, artigos científicos, relatórios institucionais e legislações pertinentes, com ênfase em estudos sobre gestão pública, transporte escolar e evasão no meio rural.

Essa combinação de materiais possibilitou compreender os fundamentos teóricos e práticos que permeiam o tema, bem como identificar políticas e estratégias de enfretamento do problema no município de Nova Mamoré, localizado no Estado de Rondônia. Tal abordagem foi escolhida por permitir uma análise mais aprofundada das condições locais e das relações entre os fatores que influenciam a evasão escolar, especialmente no contexto rural.

O estudo além de servir como titulação acadêmica, tem o propósito de compreender a relação entre as condições das vias de acesso, o transporte escolar e a evasão escolar, destacando o papel essencial da gestão pública na melhoria da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

infraestrutura e na garantia do acesso, permanência e sucesso dos estudantes nas escolas municipais.

4. Resultados e Discussão

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica, documental e dos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Mamoré indicam que o transporte escolar é um dos principais fatores que influenciam a evasão nas zonas rurais do município. Nas comunidades localizadas a mais de 40 km da zona urbana, observa-se uma taxa de evasão no ensino fundamental II que chega a 18%, contrastando significativamente com o índice de 4% registrado em escolas da área urbana. Essa discrepância evidencia que a distância, somada às condições precárias das estradas vicinais, constitui barreiras reais ao direito fundamental à permanência escolar.

Durante o período chuvoso, esse problema se agrava devido à irregularidade no transporte escolar provocada por trechos alagados e pontes danificadas, o que gera faltas frequentes, desmotivação e, em muitos casos, o abandono definitivo da escola pelos alunos. Segundo Costa (2021), a precariedade das vias de acesso configura um dos principais fatores de exclusão educacional nas regiões rurais da Amazônia Legal, refletindo diretamente no sucesso ou fracasso da política de transporte escolar. A atuação da gestão pública, embora empenhada em manter o transporte escolar em funcionamento, apresenta fragilidades devido à falta de coordenação intersetorial eficiente entre as Secretarias de Educação, Obras e Planejamento. Esse déficit organizacional, aliado à ausência de um plano permanente para manutenção das estradas e veículos, compromete a continuidade e a eficácia do serviço, potencializando o risco de evasão escolar.

Além das dificuldades relacionadas à infraestrutura viária, a insuficiência de veículos aptos e motoristas capacitados representa um obstáculo significativo para o transporte escolar em Nova Mamoré-RO. A frota municipal é composta majoritariamente por ônibus terceirizados e veículos antigos, que exigem elevados

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

custos de manutenção e comprometem a segurança dos estudantes. Ferreira (2020) destacam que a falta de planejamento logístico e o treinamento inadequado dos condutores agravam a qualidade do serviço nas zonas rurais, impactando diretamente a permanência dos alunos na escola.

Além disso, os longos trajetos diários, que ultrapassam 60 km para muitos estudantes, fazem com que eles precisem sair de casa muito cedo e só retornem após o meio-dia, causando desgaste físico e psicológico. Essa situação prejudica o rendimento escolar e contribui para o abandono, agravando o problema da evasão. Assim, observa-se as influências das deficiências no transporte escolar e infraestrutura viária na evasão escolar em Nova Mamoré-RO, bem como ações possíveis pela gestão pública para mitigá-las.

Além dos aspectos ligados ao transporte, a falta de infraestrutura escolar adequada também interfere no processo educacional e na motivação dos alunos em permanecer na escola. As escolas rurais frequentemente não dispõem de recursos básicos, espaços adequados ou suporte pedagógico que atenda às necessidades específicas desses estudantes, especialmente nos contextos mais distantes. Essas condições, aliadas às dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelas famílias e à sobrecarga gerada pelo deslocamento, tornam a evasão escolar um fenômeno multifatorial que demanda respostas coordenadas e integradas.

Entretanto, experiências positivas provenientes de gestões escolares participativas, que promovem a integração entre escola, família e comunidade, indicam que é possível reduzir o índice de evasão. Escolas que implementaram o ajuste do calendário letivo aos períodos climáticos, ofereceram reforço pedagógico em fases críticas e estabeleceram parcerias com associações rurais apresentaram taxas de abandono inferiores à média municipal. Esse panorama reforça a importância da atuação proativa e articulada do gestor escolar, que pode, mesmo diante das limitações estruturais, criar condições favoráveis para a permanência dos alunos e o sucesso educacional.

Diante do exposto, o enfrentamento da evasão escolar em Nova Mamoré exige uma gestão pública que se torne integrada e estratégica a longo prazo, contemplando investimentos em infraestrutura viária rural, com manutenção

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

preventiva e pavimentação das linhas escolares, além da capacitação permanente dos motoristas e monitores do transporte escolar. Também se faz necessária a implantação de sistemas de monitoramento digital da frota e das rotas, com o objetivo de garantir maior segurança e eficiência nas operações, assim como o estímulo ao planejamento participativo que envolva as comunidades escolares e suas famílias. Esse conjunto de ações, acompanhado da avaliação constante das políticas de transporte e educação, pode transformar o transporte escolar em um instrumento efetivo de inclusão social e garantia do direito à educação, prevenindo que barreiras logísticas e estruturais excluam os estudantes mais vulneráveis da zona rural.

O problema da evasão escolar em Nova Mamoré está intimamente ligado não apenas às falhas no transporte escolar, mas à ausência de políticas públicas articuladas e monitoradas de forma intersetorial e contínua. A partir de uma gestão pública eficiente, comprometida com a realidade local e com o engajamento dos atores envolvidos, é possível reverter esse quadro, assegurando que todos os alunos, independentemente de sua localidade, tenham acesso equitativo aos recursos educacionais e possam exercer seu direito fundamental à educação com dignidade e qualidade.

Portanto, a discussão evidencia que o problema da evasão escolar em Nova Mamoré não se limita ao transporte em si, mas à ausência de uma política pública planejada e supervisionada de forma integrada. A atuação eficiente do gestor, tanto público quanto escolar, é o elo fundamental para transformar o transporte em um instrumento de equidade, inclusão e cidadania, garantindo que nenhum aluno fique fora da escola por falta de acesso.

5. Conclusão

A presente pesquisa evidenciou que o transporte escolar no município de Nova Mamoré, representa um elemento essencial para a garantia do direito à educação e para a efetivação das políticas públicas voltadas à inclusão e à permanência dos estudantes rurais na escola. A análise dos dados demonstrou

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

que os principais entraves estão relacionados à precariedade das estradas vicinais, à falta de manutenção adequada dos veículos e à carência de planejamento logístico eficiente.

Assim, é notório que tais desafios comprometem o acesso regular dos alunos às escolas, impactando negativamente no rendimento e na permanência desses estudantes, especialmente, os das áreas rurais mais distantes, tendo em vista que o transporte escolar deve ser considerado parte integrante das estratégias educacionais, por parte da gestão pública, garantindo investimentos em infraestrutura viária, capacitação profissional e gestão pública integrada para garantir um serviço seguro, contínuo e de qualidade, além da implementação de tecnologias de monitoramento que podem aperfeiçoar rotas e reduzir custos, bem como a fiscalização e avaliação por parte da comunidade, aumentando a eficiência e a transparência do sistema e o compromisso coletivo com a educação pública.

Desse modo, recomendam-se à Gestão Pública através da secretaria de infraestrutura municipal, as seguintes ações: manutenção preventiva com inspeções frequentes, recuperação e conservação das vias, implementação de sinalização adequada, planejamento estratégico com cronograma anual de reparos e capacitação das equipes técnicas, além da promoção de parcerias comunitárias e canais de comunicação direta para monitoramento da situação das rotas, bem como, mediação constante com a Secretaria Municipal de Educação, visando sempre acompanhar e solucionar problemas existentes no menor espaço de tempo para que não comprometa a permanência dos alunos na escola.

Em suma, a melhoria do transporte escolar em Nova Mamoré exige planejamento, responsabilidade e políticas públicas duradouras que atendam as especificidades locais, promovendo a equidade educacional. Garantir um transporte digno e acessível é, antes de tudo, assegurar o direito à aprendizagem e construir um futuro mais justo para todos os estudantes do município.

Referências

ALMEIDA, Maycon Hryniewicz. de.; CECHIN, Marizete Righi., e PILATTI, Luiz

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

Alberto (2025). A evasão escolar na educação básica: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, *11*(5), 2753–2768. https://doi.org/10.51891/rease.v11i5.19161.

ANSELMO FILHO, Samuel., e NOGUEIRA, Eulina Maria Leite (2022). Enfrenta o banzeiro que hoje tem aula: condições do transporte escolar rural no baixo Amazonas. **Educação Em Revista**, *23*(1), 233-248. https://doi.org/10.36311/2236-5192.2022.v23n1.p233

BACON V. R, KEARNEY C. A. School climate and student-based contextual learning factors as predictors of school absenteeism severity at multiple levels via CHAID analysis. **Children and Youth Services Review**, 2020; 118: 105452.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Básica**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2024.

CALIXTO, Kennet; SEGUNDO Caetano, GUSMÃO Renê Pereira de Mineração de dados aplicada a educação: um estudo comparativo acerca das características que influenciam a evasão escolar. **Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – SBIE 2017**. Disponível em: http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/sbie/article/view/7674. Acesso em: 02 de nov. 2025

COSTA, Renato da Silva. **Infraestrutura e acesso à escola em municípios da região Norte**: um estudo sobre o transporte escolar. Belém: EDUFPA, 2021.

DANIEL, Mírian Queiroz de Souza. **A gestão escolar da educação básica**: a construção da gestão entre a formação e o trabalho. Belo Horizonte, 2013. 283 f.. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

FERREIRA, Leidiane da Silva. **Política do transporte escolar**: especificidades na Educação Básica do Município de Nova Mamoré/RO. **Revista Culturas & Fronteiras** -Volume 3. Nº 1–dezembro/2020. Disponível em: http://www.periodicos.unir.br/index.php/index/user. Acesso em: 02 de nov. 2025

FNDE. Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional**

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

de Apoio ao Transporte Escolar: Consultas 2020. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnate/sobre-o-plano-ou programa/consultas. Acesso em: 03 de out. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil Rondônia Nova Mamoré**.Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/nova-mamore/panorama. Acesso em: 1 nov. de 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização da escola**: teoria e prátic. - 6.ed.rev.e ampl.- São Paulo: Heccus Editora, 2018.

LOPES, Elisangela Pereira. **Modelo organizacional para o transporte escolar rural nos estados e municípios brasileiros**. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Transportes Urbanos) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NASCIMENTO, Deisiane; BASTOS, Sandra Nazaré. Currículo escolar e Amazônia (s): formas de ver e pensar o contexto amazônico. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 1, 2023.

PESSOA, Rosiomar Santos, e LOUREIRO, Armando Paulo Ferreira. (2025). A evasão escolar no ensino superior público na Amazônia: um estudo de caso numa universidade no estado do Pará. **Caderno Pedagógico**, *22*(7), e16644. https://doi.org/10.54033/cadpedv22n7-300.

PREFEITURA DE NOVA MAMORÉ. **História de Nova Mamoré**:
Nova Mamoré é um município brasileiro do estado de Rondônia. Disponível em: https://novamamore.ro.gov.br/nova-mamore/. Acesso em: 31 de out. 2025.

SILVA, Almircir Francisco Tabosa da. **O papel da gestão escolar frente ao processo de evasão**: um estudo de caso acerca das políticas públicas na Escola Maria Guiomar Bastos Cavalcante / Almircir Francisco Tabosa da Silva. - Redenção, 2021. 39f: il. Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa.; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.

SILVA, Marli Silvana da. O papel pedagógico do gestor no combate a evasão e repetência escolar. **Revista Acadêmica Online**, *2*(10), e524, 2016. Disponível em: https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/524. Acesso em: 30 de out. 2025.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 20/10/2025 - **Accepted:** 10/11/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/s2mh0r18
Pages: 1-28

SIMON O, *et al*. Elementary absenteeism over time: A latent class growth analysis predicting fifth and eighth grade outcomes. **Learning and Individual Differences**, 2020; 78: 101822.

SOUZA, Maria Pedroso de; SILVA, Adriana; SANTOS, Paulo Henrique. **Gestão educacional e políticas de transporte escolar**: perspectivas e desafios. São Paulo: Cortez, 2017.

TAVARES, Joana Marina Silveira. **Política do transporte escolar e nucleação de escolas do campo**: determinações gerais e especificidades na educação do município de Inhapi –AL (2010-2017). Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

TEÓFILO, Eny Araújo de Paula; TEÓFILO, Eny Araújo de Paula; COSTA, Gleidys Sharny da Silva; AFLITOS, Lucas Lopes da Silva; PINHEIRO, Cliciana de Souza; DA SILVA, Maria do Socorro Cardoso; DE SOUZA, Átila. Políticas públicas de educação especial no norte do Brasil: desafios, avanços e contradições na perspectiva da inclusão. **LUMEN ET VIRTUS**, *[S. l.]*, v. 16, n. 50, p. 7957–7970, 2025. DOI: 10.56238/levv16n50-003. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/6300. Acesso em: 29 de out. 2025.

UNESCO. **251 milhões de crianças e jovens ainda estão fora da escola, apesar de décadas de progresso. (Relatório da UNESCO, 2024).** Disponível em: https://www.unesco.org/pt/articles/251-milhoes-de-criancas-e-jovens-ainda-estao-fora-da-escola-apesar-de-decadas-de-progresso-relatorio. Acesso em: 29 de out. 2025.